

## **Discurso de João Domingos na reunião de formação da Câmara Técnica de Transformação do Estado (16/10/2023)**

Cumprimentos (...)

Desculpem pela objetividade até mesmo nos cumprimentos, mas tenho o compromisso de me limitar no tempo a que aprazamos entre nós.

A CSPB e o setor público das cinco Centrais que organizam seus setores públicos em nossa entidade têm uma proposta consolidada de transformação do Estado, e é sobre essa ótica que me pronunciarei aqui, até por ver absoluta sintonia com o tema dessa Câmara Técnica que ora se instala.

É consenso a necessidade de renovarmos o modelo de Estado brasileiro, tornando-o mais moderno e eficiente, capaz de atender às carências da sociedade e de ser o indutor de políticas públicas e prestador de serviços públicos em quantidade e qualidade que levem ao desenvolvimento econômico e social sustentável.

A problemática a ser resolvida é: *“Como organizar a estrutura, o funcionamento e os recursos naturais, financeiros e humanos do Estado, bem como gerir a Administração e a Máquina públicas brasileiras, adotando as melhores práticas gerenciais e os padrões de eficiência internacionais, de forma a proporcionar o Bem-Estar Social devido aos cidadãos brasileiros?”*

As transformações do mundo contemporâneo – globalização, comunicação e interrelação em tempo real, inteligência artificial, indústria 4.0, etc. e os seus reflexos nas relações sociais, econômicas

e políticas brasileiras exigem de todos um novo olhar sobre o modelo, o tamanho e a função do Estado, bem como sua organização e suas ações efetivas.

A nação brasileira tem demanda elevada e crescente em áreas sociais básicas, como segurança pública e alimentar, saúde, educação, dentre outras, para além de sofrer com uma das piores distribuições de renda e de riqueza do planeta. Nossa economia é vulnerável e dependente da exportação de *commodities*, sem valores agregados à produção, tendo a indústria, a cada dia, representado menor papel na balança comercial. A soma desses elementos, em meio a outros, não deixa dúvida quanto à necessidade de remodelação do Estado para que ele seja garantidor e indutor de desenvolvimento econômico, com justiça social e sustentável.

Para tanto, é necessário reestruturar o arcabouço jurídico da Administração Pública atual, visando sanar o anacronismo de parte da sua legislação e entronizar em nossa legislação os tratados e convenções internacionais das quais somos signatários, suprimindo diversas lacunas normativas, que são entraves para o ideal funcionamento da administração pública e fatores de grande insegurança jurídica para a sociedade em geral.

Um Marco Regulatório do Setor Público é uma necessidade inadiável para modernizar e adequar os três níveis da Administração Pública, os três Poderes Constitucionais e as instituições autônomas, assim como em todos os seus órgãos diretos e indiretos, a fim de responderem às obrigações do Estado e aos direitos e necessidades da sociedade.

Ressalta-se que o trabalho proposto não pode ser conduzido de acordo com os interesses de um segmento, de um Governo ou de uma pessoa, sob o risco de não atingir seu fim, qual seja, a melhoria sistêmica do Estado.

Portanto, é imprescindível e urgente que o tema ora proposto seja analisado no âmbito deste Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social Sustentável – CDESS – e que sejam forjados no diálogo democrático, construtivo e legítimo entre Governo, setor produtivo, sociedade civil e movimentos sociais e sindicais.

Devemos construir uma proposta normativa que contemple a forma de organização, o funcionamento e a atuação do Estado, incluindo suas relações internas de trabalho, gerenciamento, parâmetros de eficiência, formação e qualificação de pessoal, dentre outros aspectos correlatos.

Entendemos serem necessários nesse diálogo e construção, atores fundamentais como:

Representações do Poder Público, contemplando todos os entes federativos, Pastas ministeriais e secretarias correlatas, representações dos Poderes Legislativo, Judiciário, Ministério Público e Tribunal de Contas, além de entidades *suis generis* (a exemplo da Confederação Nacional de Municípios (CNM), o CONAD, representações da sociedade civil, o movimento sindical, entidades do terceiro setor, pesquisadores e acadêmicos especialistas

Destacamos ao final que o Brasil volta a ser um importante ator global, com especial influência sobre nossa região, a América Latina. Isso implica em enorme responsabilidade sobre nossas visões de

mundo, de valores, de conceitos, ou seja, sobre nosso modelo de Estado e de sociedade.

São com essas as perspectivas da CSPB e dos setores públicos das Centrais nela organizadas, que se apresentam para contribuir com esse momento histórico.